

CARLOS RIBEIRO

ARGANIL

24.11.1979

Câmara

Ex.^{ma} Senhora

Eng. Maria de Lourdes Pontalige

Com os mais respeitosos cumprimen-
tos tendo a honra de assumir o texto de "proclamação", como
Vossa Excelência gentilmente lhe chamou, e os estatutos do
meu Instituto Municipal de Orçamento.

Receba os protestos da minha muito
admiração.

(M) 7

SENHORA PRIMEIRO MINISTRO:

1. - Permita-me Vossa Excelência que comece por uma afirmação:

Esta Câmara Municipal que vai terminar agora o seu mandato, encontrou no Governo a que Vossa Excelência preside a mais elevada capacidade operacional de todos os governos com quem teve de trabalhar.

E dizê-lo aqui na sala maior do meu concelho onde desde há um século se não recebia oficialmente um chefe de governo, pode ser tomado apenas como confirmação do que acabo de afirmar. Mas é também para nós uma honra - honra que não quero deixar de tomar em conta e, portanto, deixar de agradecer: Muito obrigado por ter vindo e ter trazido consigo membros do seu Governo.

Fundação Cuidar o Futuro

2. - Não estarei errado se acreditar que Vossa Excelência veio para tomar conhecimento directo das dificuldades que tornam esta área geográfica e política parte integrante da muralha de subdesenvolvimento do interior português. - Para tomar conhecimento e tomar decisões.

E Vossa Excelência gostaria de ouvir as pessoas, dialogar com elas, conhecer-lhes as dificuldades, adivinhar-lhes os anseios.

A escassez do tempo não permitirá que isso aconteça na dimensão que desejaria, mas talvez seja possível limitar a dificuldade se me for permitido expor o que conheço acerca disso e resulta de aturado estudo e do contacto diário com a população.

SENHORES MINISTROS

SENHORES SECRETÁRIOS DE ESTADO

SENHOR GOVERNADOR CIVIL

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

3. - A grande dificuldade deste concelho e desta região deve-se a não existir aqui desenvolvimento económico.

As pessoas emigram porque não encontram ocasião de emprego que lhes permita ganhar a vida a nível de dignidade. A agricultura não rende; a pecuária quase não existe; a floresta arde; os peixes vão morrendo nos rios; a indústria, raquítica, não estimula novos empreendimentos; turismo não há. Só os serviços se multiplicam, as reformas se estendem, os cuidados gratuitos se disputam.

Entretanto existe um subsolo susceptível de exploração: mas nunca foi prospectado.

Existe um solo que pode render: mas as suas potencialidades nunca foram estudadas, pelo que o seu aproveitamento ordenado não pode ser exercitado.

Já tivemos nas nossas montanhas mais de 30 000 cabeças de gado ovino e caprino: mas a desordenada implantação da floresta quase as tornou desertas.

O pinheiro e o eucalipto, essências não autóctones, vão exterminando a flora e a fauna, vão modificando o regime aquífero dos cursos de água, reduzindo a capacidade extensiva da agricultura - numa palavra: alterando o equilíbrio da natureza.

Secos os caudais, assoriados os rios e ribeiras, alterados os seus regimes, a sobrevivência das espécies piscícolas torna-se difícil. E todavia a implantação mesológica de uns e outras, permite encarar, corregidas as condições a montante, o seu aproveitamento como riqueza.

E os rios dependem das florestas - mas as florestas dependem dos governos! A indústria, para que se multiplique, para além das infraestruturas que lhe são indispensáveis, exige uma quarta dimensão: o HOMEM; aqui o homem existe mas não dispõe dos meios de formação que o abram para empreender nem preparem para gerir.

As belezas de toda esta região, os monumentos, a gentileza natural da sua gente, tornam-na previligiada para a prática de um turismo de repouso: mas um turismo oficial, todo virado ao litoral, nunca nos permitiu avançar.

E é por ser assim que os governos nunca puderam responder às queixas do Povo.

4. - E de que se queixa o Povo?

... O Povo queixa-se que não tem habitação digna.

O programa PRID contemplou nos últimos três anos, neste concelhos, 65 casos. Centenas de outros existem que necessitam solução urgente. Mas o programou parou.

A auto-construção resolveu uma dúzia de carências e - não se entende porquê - está cancelado desde o começo do ano.

O Fundo de Fomento de Habitação pôs em concurso um bairro em Coja. O processo foi para Lisboa há mais de um ano; nunca mais voltou e oiço dizer agora que se vai abrir novo concurso.

Para se decidir da localização de um outro nesta vila, gastaram-se dois anos. E, no terreno que foi preterido pelo Fundo, a Câmara Municipal projectou recentemente, uma zona de expansão da vila e os lotes estão todos vendidos com quatro habitações já em construção.

Sou levado a crer que só pode haver esperança se aos municípios forem abertas linhas de crédito a juro baixo que permitam adquirir terrenos que urbanizem e onde construam sempre que a iniciativa privada se não mostre capaz de corresponder ao interesse público.

... O Povo queixa-se de que não tem Serviço de Saúde eficaz.

Com efeito! Uma burocracia compacta tem um edifício hospitalar parado nesta vila, há meio ano ou mais, isto porque faltam os lençóis, não há máquina de lavar roupa e há outras pequenas faltas na cozinha: Milhares de contos investidos sem rendimento social algum.

Mas mais que isto ainda:- tem-se teimado em não tomar em conta os legítimos interesses das populações que ora aguardam 15 dias por uma análise ora têm de ir a Coimbra para uma radiografia simples, num desperdício de tempo que medido em horas de baixa, atinge milhares e milhares de contos anuais.

O nosso hospital Condessa das Canas foi durante muitos anos exemplar estabelecimento de assistência à doença. Lá se fizeram intervenções cirúrgicas de grande valia técnica; a aparelhagem do Raio X ainda lá está sem poder funcionar por falta de instalação eléctrica apropriada e sala convenientemente defendida.

É A HORA, SENHORA PRIMEIRO MINISTRO! A segunda fase do nosso hospital, espera, hoje, com esperança a decisão de Vossa Excelência.

... O Povo queixa-se que não dispõe de ensino que o conduza a um emprego.

E realmente assim é. O ensino unificado prepara o aluno para a frequência dos cursos superiores. Mas deixa-o desprovido de necessária preparação para a sua integração na vida quando não atinja ou complete os estudos superiores. Como a estes têm acesso apenas uma ma gra percentagem dos alunos do ensino secundário, que vão fazer os outros? Que preparação lhes foi dada na escola? Como se espera poder contar com pessoal especializado nos campos, nas fábricas e nas oficinas? Sem cursos médios de agricultura quem vai ensinar aos homens do campo a obter a conveniente produtividade da terra?

Ora esta Câmara Municipal ofereceu ao Ministério da Educação e Cultura a utilização de uma quinta, para que ali se instale um curso elementar de formação de agricultores e o X, XI e XII anos da área de agricultura da escola secundária de Arganil.

Nos distritos de Aveiro, Viseu e Coimbra nenhuma escola abrange esta componente vocacional. O Senhor Secretário de Estado de Ensino Básico e Secundário considerou de muito interesse a iniciativa desta Câmara. A Direcção-Geral suponho ser da mesma opinião.

A decisão final deve ser tomada de imediato para que aos alunos desta região se abra também esta área completa no próximo ano lectivo 80/81.

... O Povo queixa-se de que a assistência social o não protege como necessita.

Na verdade, por um lado, as reformas distribuídas

sem critério, são, por insuficientes, quase afronta a quem efectivamente a elas tem direito e constitui desmotivação de trabalho a quem as afe-re por benesse sem prévio sacrifício. Por outro lado, a centralização dos serviços distancia destes os utentes, abandona largas manchas da po-pulação, não consegue motivá-la a inserir-se na política assistencial que se pretenda executar.

A assistente social tem de viver em comunhão com o meio e a população. Os serviços têm de ser descentralizados; e a dis-tribuição de reformas tem de praticar-se dentro de rigorosos critérios de justiça para que, quem a ela tem direito, dela afaíra o bastante que o livre do miséria.

. . . O Povo queixa-se que não tem energia eléctrica, que não tem água ao domicílio nem esgoto, que o caminho que tem diaria-mente que percorrer está intransitável, que a estrada está má, que o e-difício escolar está degradado.

E é verdade! Apesar do que tem sido feito ainda temos neste concelho mais de 20 povoações sem energia eléctrica, 182 sem esgoto, 163 sem água ao domicílio, dezenas e dezenas de ruas não pavimen-tadas, quase 100 Km de estradas sem a catrac, mais de 40 escolas degra-dadas.

A Lei das Finanças Locais aplicada por inteiro pode em 12 anos de prazo resolver o problema, com administrações válidas e operacionais no município. Assim ela se aplique por inteiro e o Orça-mento Geral do Estado não seja aprovado em Agosto.

. . . O Povo queixa-se que a vida está cara, que o poder de compra diminue, que se não vêem perspectivas de futuro.

E com efeito...! É assim como em toda a parte do nosso País.

Mas porque está a vida cara? Porque diminui o po-der de compra? Porque escasseiam as perspectivas do futuro?

O âmbito destas dificuldades é vasto e a matéria não é para tratar aqui. Mas suponho estar fora de dúvidas que se se não estudam os recursos que temos para que deles se tirem o máximo proveito

e se não se organiza o trabalho para que dele se aúfira o maior rendimento com o mínimo de esforço, as perspectivas serão cada vez menores. E como o total é a soma das parcelas, há que incentivar os esforços a nível local, dinamizá-los, dar-lhes os meios necessários para que por si possam realizar programas de autêntico desenvolvimento.

É por ser assim que vimos pedindo a prospecção do nosso solo, o estudo das nossas potencialidades agro-silvo-pastoris, uma escola de formação de agricultores, curso de gestão aplicado à indústria. E isto dentro da competência de fomento que nos outorga a lei das autarquias locais. Até hoje, três anos decorridos, tudo foi em vão. Desde o início que sabemos o que necessitamos e o que queremos. E não fora todo este tempo perdido e algumas das queixas do Povo não seriam hoje pertinentes.

5. - O nosso projecto piloto de aproveitamento agro-silvo-pastoril não se limita a apresentar um método racional de uma melhor produção agrícola; ele aponta também soluções sócio-agrícolas. E custa a entender como, apesar das insistências junto de todos os Ministros da Agricultura e Pescas, desde o primeiro governo constitucional, não obtivemos, sequer, uma resposta nem que fosse a dizer que estamos errados. E isto quando alguns homens de governo se queixavam da indiferença das autarquias pelas questões básicas de interesse nacional.

O Senhor Ministro de Agricultura e Pescas, por ausência no estrangeiro, não pode estar aqui; mas peço-lhe, Senhor Secretário de Estado da Estruturação Agrária, que lhe comunique que acreditamos que ele, membro deste Governo, decida dar andamento urgente ao nosso pedido, ficando assim credor da gratidão dos 17.000 habitantes deste concelho.

Mas outras possibilidades se vislumbram ainda:

O aproveitamento do baixo Mondego, que tem ignorado os legítimos interesses das áreas a montante, sem as quais não seria exequível, compreende a barragem do Alva, que se limitará a enviar água para a barragem da Aguieira, - Barragem do Alva que deveria incluir

no seu programa a conversão a regadio de vastas zonas confinantes à albufeira, bem como o estudo do seu aproveitamento piscícola - desejo demasiado modesto para que, com razão, possa ser recusado.

A albufeira do Alva abre também ao concelho novas possibilidades no domínio do turismo, possibilidades que têm de ser urgentemente estudadas para que se não desperdicem.

Porque nenhuma região do mundo é próspera se ignora as riquezas que possui, ou, conhecendo-as, as abandona por indiferença.

6. - Mas objectivamente sobre turismo devemos ao Senhor Secretário de Estado Licínio Cunha a garantia de que na nossa Quinta do Mosteiro irá funcionar uma instalação piloto de turismo rural. Isto tem de ser enquadrado na região de turismo do Centro que teimamos ver definida e organizada.

Ainda hoje iremos ver o que é a Quinta do Mosteiro e o que ela representará como paradigma do futuro.

Devemos ao Senhor Secretário de Estado da Cultura a sua classificação como imóvel de interesse público.

Com o apoio de uma empresa de desenvolvimento regional, que se encontra em formação, há-de dali partir um movimento desenvolvimentista que construa sucessivamente as estruturas fundamentais ao objectivo de criar riqueza suficiente para a fixação da população à sua terra, e condições socio-económicas que, finalmente, desalentem a emigração.

É anseio comum dever criar-se um novo País mais justo e menos pobre: mas todos temos de o construir agindo com decisão.

As sociedades de desenvolvimento regional têm de ser o polo de atracção das pessoas, com vista a tarefas comuns de interesse público. E impõe-se que uma legislação as contemplem, não como empresas parabancárias, mas como instituições que têm que ser motor de arranque da economia do Interior. Essa legislação é também urgente.

SENHOR MINISTRO DA JUSTIÇA:

Teve Arganil a dita de Vossa Excelência ter começado a sua carreira de magistrado na nossa comarca. Permita-me que testemunhe um facto significativo:- aqui a população não esquece os magistrados que a vão servindo; mas Vossa Excelência não esqueceu a população que ser viu.

A nova Casa da Justiça, que vamos ver, foi a causa próxima do feliz momento que estamos vivendo; mas a causa remota, essa, essa foi Vossa Excelência não nos ter esquecido. Muito obrigado.

MINHAS SENHORAS

MEUS SENHORES

SENHOR GOVERNADOR CIVIL

SENHORES SECRETÁRIOS DE ESTADO

SENHORES MINISTROS

SENHORA PRIMEIRO MINISTRO

Fundação Cuidar o Futuro

Vou terminar lamentando ter sido longo. Mas, parafraseando Alexandre Herculano: NÃO TIVE TEMPO PARA SER BREVE.

Arganil, 18 de Novembro de 1979.-

